A LUTA CONTINUA
Primeiro aniversário dos protestos na praça Tahrir, no Cairo: caiu Mubarak, mas militares prosseguem no poder

© MOHAMED GHANY/REUTERS

Mundo árabe em mutação

As revoltas populares em nações árabes do norte da África e do Oriente Médio derrubaram governos autoritários e prosseguem mudando o cenário da região

Por **Beatriz Canepa**

MASSACRE
Funeral em massa, em fevereiro de 2012, em Homs, atacada pelo ditador sírio

A maré de revoltas populares conhecida como Primavera Árabe completou um ano em janeiro de 2012, com a atenção mundial voltada para a Síria. A repressão do ditador Bashar al-Assad às manifestações contra o regime evolui para um conflito interno, porque a oposição pegou em armas para enfrentar o governo. Como a Síria é um dos protagonistas das tensões no Oriente Médio – próxima dos xiitas do Irã e do Hezbollah libanês e hostil a Israel e aos Estados Unidos –, e sua população é heterogênea do ponto de vista étnico e religioso, a crise nesse país é considerada a mais complexa da Primavera Árabe, pela ameaça de se estender pela região.

O prolongado impasse na Síria é o atual capítulo da Primavera Árabe, que já provocou mudanças históricas numa velocidade surpreendente. Os primeiros momentos causaram grande euforia. Entre 4 de janeiro e 11 de fevereiro de 2011, revoluções jovens, modernas e seculares depuseram os ditadores da Tunísia e do Egito. A queda de Zine al-Abidine Ben Ali na Tunísia sinalizou uma virada: pela primeira vez, um governante da região foi deposto pela força do próprio povo. A derrubada do ditador Hosni Mubarak, no Egito, o país mais influente e populoso do mundo árabe, espalhou de vez os protestos pela região.

Desde então, a Primavera Árabe tem sido marcada por uma multiplicidade de situações: manifestações populares, repressão institucional, graves crises políticas, insurgência armada, intervenção militar externa e lutas sectárias. Após meses de conflitos, outros dois ditadores foram derrubados em 2011 na região: Muammar Kadafi, na Líbia, e Ali Abdullah Saleh, no Iêmen.

A atual instabilidade política nesses países mostra que as revoluções na região não envolvem apenas a derrubada da velha ordem. Tão ou mais intrincado é o processo de construção de um sistema democrático, a principal reivindicação popular, em sociedades que não conhecem outra forma de governo que não o autoritarismo. Ao lado das dificuldades políticas, há o agravamento da crise econômica e da pobreza. Um grupo particularmente afetado é o da juventude escolarizada, que, apesar da qualificação, não encontra emprego.

Conflito na Síria

O presidente Bashar al-Assad, que herdou em 2000 a ditadura instituída por seu pai, Hafiz al-Assad, em 1970, enviou tanques e tropas para silenciar as manifestações por democracia, iniciadas em março de 2011. Quase um ano depois, estima-se que 14 mil pessoas estejam presas e mais de 5 mil civis tenham sido mortos pelas forças do regime.

A crise começou a caminhar para um confronto militar após a criação do rebelde Exército Livre da Síria (ELS), por um ex-coronel do Exército, em julho de 2011. O movimento ganhou influência com a deserção de um número crescente de soldados e a adesão voluntária de manifestantes que pegam em armas. O ELS afirma aglutinar 15 mil homens em milícias locais que, no início de 2012, combatiam as tropas leais a Al-Assad nos subúrbios de Damasco, o centro do poder, e em outras partes do país. As batalhas mais sangrentas ocorriam em Homs e na província de Idleb, na fronteira com a Turquia, onde ficam as bases do ELS.

Para além dos confrontos entre o ELS e as Forças Armadas, fiéis a Al-Assad, a Síria

Sai de cena Kadafi, o velho ditador da Líbia

Nas turbulências que marcaram o mundo árabe em 2011, um dos momentos capitais foi a violenta derrubada do poder do coronel Muammar Kadafi, o mais antigo ditador da região. Durante os 42 anos em que comandou a Líbia, Kadafi forjou a união nacional costurando alianças com chefes tribais e reprimindo a dissidência política. O regime girava em torno do culto à personalidade. Ele se fazia onipresente em monumentos e cartazes espalhados pelo país. O *Livro Verde*, que contém a sua filosofia política e social, era leitura obrigatória entre os líbios. De hábitos excêntricos, Kadafi dormia em tendas no deserto para enaltecer a origem nômade e circulava com uma guarda pretoriana feminina. Graças à exploração das maiores reservas de petróleo da África, o povo líbio ostenta o mais alto padrão de vida do continente. No entanto, nenhum grupo enriqueceu como o seu clã, os Qadhadhfa,

AFP

QUEM COM FERRO FERE... Kadafi morto em Surt: final violento da mais longeva ditadura da África

dono de grande fortuna no exterior e mansões na Líbia.

Por décadas, o ditador foi um pária na comunidade internacional por patrocinar grupos terroristas e promover atentados. A aproximação com as potências ocidentais, interessadas no petróleo líbio, ocorreu nos anos 2000. Kadafi renunciou ao programa bélico do país e extraditou para um tribunal internacional os agentes líbios acusados pelo atentado contra um jato da Pan Am, em Lockerbie, na Escócia, em 1988. Em contrapartida, atraiu investimentos para a Líbia, encontrou-se com líderes ocidentais e passou a frequentar os fóruns internacionais.

Ao reprimir com violência os protestos em 2011, ele ficou de novo isolado e sob forte pressão internacional. Enquanto a insurgência avançava pelo território e a Otan bombardeava seu quartel-general, Kadafi prometia resistir até o fim e morrer como um "mártir". Após a queda de Trípoli, ele se refugiou em sua cidade natal, Surt, onde foi bombardeado pela Otan, acabou capturado pelas forças rebeldes e foi executado com um tiro na cabeça. A morte brutal do ditador é como um símbolo do seu regime.

pode mergulhar numa espiral de violência sectária entre a maioria sunita (70% da população) e a minoria alauita, uma vertente do ramo xiita que corresponde a 10% da população. A família de Al-Assad e a cúpula militar do país são alauitas. Por outro lado, os sunitas são a principal vítima da ação dos militares e do aparato de segurança. Com isso, cresce a tensão entre as comunidades sunita e alauita, inflamada pela propaganda do governo que diz que a Síria é alvo de uma conspiração antialauita. Uma onda de assassinatos em Homs, em dezembro de 2011, foi descrita como limpeza étnica contra os alauitas. Na mesma época, a ONU afirmou que a Síria estava próxima da guerra civil.

A repressão deslanchada pelo regime de Al-Assad levou ao isolamento da Síria. Os Estados Unidos e a União Europeia foram os primeiros a pedir, em agosto de 2011, a renúncia imediata de Al-Assad (seu regime já havia sido listado, pelo governo de George W. Bush, como um dos grandes inimigos dos EUA). Em seguida, foram ampliadas as sanções econômicas ao país, que vende 95% do seu petróleo a nações europeias. A opção pela intervenção militar externa é considerada difícil, porque há o temor de que forças vizinhas sejam atraídas para o conflito. A Turquia, antigo aliado estratégico, abriga a oposição política e armada ao regime.

O cerco aumentou em novembro, quando a Síria foi expulsa da Liga Árabe, um duro golpe para a nação que reivindica a liderança do pan-arabismo. A liga também impôs sanções econômicas, medida sem precedentes contra um Estado-membro, para pressionar Al-Assad a aceitar um plano que previa a retirada das tropas, a libertação dos presos políticos e a entrega do poder a um governo de transição, sob o monitoramento internacional. Uma missão de observadores chegou ao país em dezembro, o que agravou a violência. A missão deixou a Síria em janeiro.

Após o fracasso da missão, a ONU elaborou uma resolução branda contra a Síria, que pedia a renúncia de Al-Assad, mas não previa sequer sanções econômicas. No início de fevereiro, porém, o texto foi vetado no Conselho de Segurança pela China e pela Rússia – o mais importante aliado da Síria.

A derrota na ONU foi a senha para Al-Assad tentar impor a solução militar definitiva para a crise. Além da divisão da comunidade internacional, Al-Assad aproveitou-se da fragmentação da oposição interna – o Conselho Nacional da Síria não possui uma plataforma política unificada nem atua em coordenação com o ELS. Al-Assad também tem a seu favor o apoio dos alauitas e cristãos (10% da população), que se mantêm fiéis ao regime. Mas conta, sobretudo, com a superioridade bélica e a lealdade da cúpula das Forças Armadas e de paramilitares.

No fechamento desta edição, no início de março, as forças do regime realizavam forte ofensiva para retomar áreas sob o controle do ELS. Idleb, Deraa (no sul) e em especial os bairros sunitas de Homs estavam sob o fogo de intensos bombardeios que mataram centenas de pessoas.

Em meio ao agravamento da crise, a comunidade internacional avaliava outras opções, como um voto de condenação na Assembleia-Geral (na qual não há poder de veto) ou a criação de áreas protegidas para os civis na fronteira. Ao mesmo tempo, o conflito mostrava os primeiros sinais de que estaria evoluindo para uma conflagração regional, com a ampliação dos apoios do exterior em armas e militantes para o ELS.

Futuro incerto na Líbia

A Líbia ingressou em uma fase turbulenta após a derrubada da ditadura do coronel Muammar Kadafi (*veja o boxe na pág. 29*). Habitado por várias tribos e clãs, o país nunca possuiu uma identidade nacional coesa, e Kadafi acentuou a fragmentação. A costa oeste, área de sua tribo, os Qadhadhfa, concentra a riqueza econômica e o poder militar e político. Ali fica Trípoli, a capital. Já a costa leste, habitada por grupos hostis, é bem menos desenvolvida.

As primeiras manifestações contra o ditador, em fevereiro de 2011, eclodiram em Benghazi, a principal cidade do leste. Diante da violenta resposta do regime, a contestação evoluiu para um conflito armado. A rebelião ganhou fôlego com a entrada em cena dos países europeus e dos EUA, e a participação decisiva dos ataques aéreos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), a aliança militar ocidental, depois que a ONU aprovou a intervenção militar externa na Líbia.

O movimento rebelde organizou-se politicamente em Benghazi, com a criação do Conselho Nacional de Transição (CNT), que obteve reconhecimento internacional e assumiu o governo provisório da Líbia após a queda de Trípoli, em agosto. Mas a declaração de libertação só ocorreu com a morte de Kadafi, em outubro.

O plano anunciado pelo novo governo é realizar eleições em 2012. O desafio é grande. A questão mais premente é a crise de legitimidade do CNT, que tem relação com as divisões do país, e, inclusive, reúne ex-ministros de Kadafi. Embora o CNT se apresente como a liderança da revolta, a situação no campo de batalha foi diferente. Após a conquista do leste, a insurgência avançou com a proliferação de milícias locais (*katibas*), que agiram com autonomia na libertação de cidades da costa central e ocidental.

O CNT procura desmobilizar as *katibas* e submetê-las a um comando único. Mas seus chefes não confiam nas novas autoridades e recorrem às armas para proteger interesses locais. De acordo com o International Crisis Group (ICG), há na Líbia cerca de 100 milícias e 125 mil homens armados. Em Trípoli, as *katibas* circulam livremente, controlam áreas e já entraram em choque. Em janeiro de 2012, o líder do CNT, Mustafa Abdul Jalil, disse que a Líbia pode entrar em guerra civil se esses grupos não entregarem as armas.

Conturbada transição no Egito

A grande expectativa nessa fase de transição é com o Egito. Como o país ocupa o coração do mundo árabe, o êxito ou o fracasso na implantação de uma democracia pode ter enorme influência nos vizinhos. EUA e Israel acompanham atentamente a situação, pois, desde o reconhecimento do Estado israelense, há mais de três décadas, o Egito é um aliado-chave dos norte-americanos na região.

No fim de 2011 e início de 2012, o Egito realizou a eleição mais aberta de sua história para a câmara baixa do Parlamento, que vai nomear a comissão encarregada de elaborar a nova Constituição. A Irmandade Muçulmana ganhou a eleição para o Parlamento. Mas a revolução até agora não conseguiu tirar do poder a junta militar que assumiu no lugar de Mubarak. A frustração com a demora na formação de um governo civil mantém acesos os protestos em 2011, e a rejeição popular aos militares aumenta diante da violenta atuação da polícia.

Antes das eleições, o Cairo foi palco de uma grande explosão de revolta, a maior desde a queda de Mubarak, que deixou dezenas de mortos em choques com as forças de segurança. Por isso, a junta militar voltou atrás na decisão de tutelar a Assembleia Constituinte (o motivo das manifestações) e anunciou que o governo de transição vai terminar após as eleições presidenciais, em junho de 2012. Enquanto isso, a agitação política continua, e crescem as dúvidas sobre a capacidade (ou a vontade) dos militares de restaurar a ordem nas ruas.

Em fevereiro de 2012, mais de 70 pessoas morreram numa briga de torcidas durante um jogo de futebol em Port Said. É o pior derramamento de sangue no mundo do futebol desde 1996. O incidente aprofunda a crise política, pois há suspeitas de que as autoridades deixaram, de propósito, os torcedores entrar armados no estádio, resultando na gravidade da briga. Resta saber se os generais irão mesmo sair do poder. Os egípcios desconfiam dos militares, que exercem faz mais de meio século um papel hegemônico na vida política da nação.

A situação no Egito é acompanhada com grande expectativa, pois, desde 1979, o país reconhece Israel e é aliado dos EUA

Islamismo político

Uma tendência marcante no Egito, na Tunísia e no Marrocos, países que foram às urnas em 2011, é a ascensão do islamismo como força política. O fato é inédito: as ditaduras seculares do mundo árabe reprimiram esses movimentos com o suporte das potências ocidentais nas últimas décadas. Partidos islâmicos foram postos na ilegalidade e suas lideranças foram presas ou se exilaram. Nas revoltas da Primavera Árabe, os islamistas ficam em segundo plano – os protestos foram majoritariamente dirigidos por lideranças laicas. Mas as agremiações islâmicas, mais tradicionais e estruturadas, ganham espaço nos processos eleitorais.

Na sessão inaugural do novo Parlamento egípcio, em janeiro de 2012, a presença dominante foi a do recém-fundado Partido Liberdade e Justiça (PLJ), o braço político da Irmandade Muçulmana, a mais influente organização do país. Com 235 representantes eleitos, o PLJ fica próximo da maioria absoluta na Assembleia Nacional, que possui 498 assentos. O resultado surpreendeu analistas, mas a grande revelação foi o desempenho dos salafistas (fundamentalistas sunitas) do partido Nour, que conquistaram 121 assentos. Já os partidos liberais e seculares elegeram apenas 88 representantes.

Na Tunísia, o primeiro país da Primavera Árabe a realizar eleições, o partido mais votado foi o islâmico Ennahda (Renascença), que obteve 90 assentos na Assembleia Constituinte – de um total de 217. O partido secular de esquerda, Congresso para a República (CPR), elegeu 30 deputados, seguido do social-democrata Ettakatol (21 deputados).

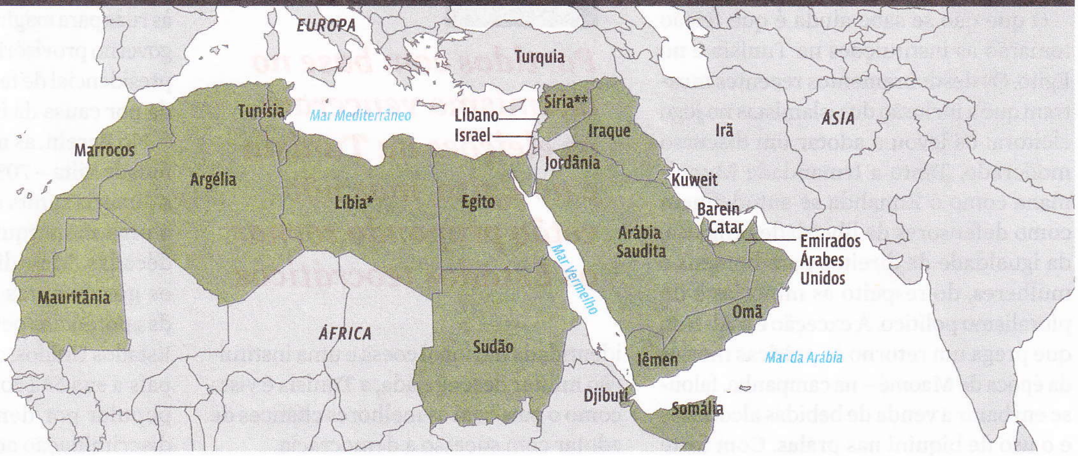
No Marrocos, o novo primeiro-ministro pertence ao islâmico Partido da Justiça e do Desenvolvimento (PJD), vencedor das eleições legislativas. O pleito ocorreu depois que o rei Muhammad VI realizou reformas, ampliando o poder do Parlamento e do chefe de governo.

ESAM OMRAN AL-FETORI/REUTERS

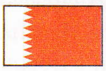
VITÓRIA DOS REBELDES Grupo armado comemora a morte de Kadafi, em 20 de outubro de 2011, em Surt: o poder na Líbia passou a um governo provisório

OS PRINCIPAIS FOCOS DA REVOLTA NO MUNDO ÁRABE

O mundo árabe é formado pela vasta área que se estende do oceano Atlântico ao golfo Pérsico, abrangendo o norte da África e boa parte do Oriente Médio. A maneira mais usada para identificar as nações que pertencem à região é a participação na Liga Árabe, que reúne 21 países de língua árabe e religião islâmica e os territórios palestinos.



Países-membros da Liga Árabe
* É suspensa e readmitida na Liga Árabe em 2011
** Suspensa da Liga Árabe em 2011



BAREIN
Regime: Monarquia constitucional.
Governo: Chefe de Estado: rei xeque Hamad bin Isa al-Khalifa (desde 1999).
Primeiro-ministro: xeque Khalifa bin Salman al-Khalifa (desde 1971)

IÊMEN
Antigo regime: Ditadura de Ali Abdullah Saleh (1978-2011)
Governo provisório: primeiro-ministro Ali Muhammad Mujawar e presidente Abd al-Rabbuh Mansur al-Hadi (desde dezembro de 2011)

TUNÍSIA
Antigo regime: Ditadura de Zine al-Abidine Ben Ali (1987-2011)
Governo provisório: primeiro-ministro Hamadi Jebali e presidente Moncef Marzouki (desde dezembro de 2011)

LÍBIA
Antigo regime: Ditadura de Muammar Kadafi (1969-2011)
Governo de transição: chefiado pelo Conselho Nacional de Transição (CNT). Chefe do CNT: presidente Mustafa Abdul Jalil (desde agosto de 2011)

EGITO
Antigo regime: Ditadura de Hosni Mubarak (1981-2011)
Governo de transição: chefiado pelo Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA). Chefe do CSFA: general Field Marshal Muhammad Hussein Tantawi (desde fevereiro de 2011)

SÍRIA
Regime: Ditadura da família Al-Assad desde 1970
Presidente: Bashar al-Assad (desde 2000)

Fontes: ALMANAQUE ABRIL, *The Economist, Enciclopédia Britannica, CIA World Factbook e BBC*

Informações válidas até 5/3/2012

MOHAMED ABD EL GHANY/REUTERS

AGORA, O VOTO
Eleitora egípcia vota, em janeiro de 2012, nas eleições para o Parlamento, que fará a nova Constituição

Estado secular ou islâmico?

O que não se sabe ainda é que feição tomarão as instituições na Tunísia e no Egito. Os desdobramentos recentes mostram que a inclusão dos islamistas no jogo eleitoral os levou a adotar um discurso moderado. Tanto a Irmandade Muçulmana como o Ennahda se autodefinem como defensores da liberdade religiosa, da igualdade de direitos para homens e mulheres, do respeito às minorias e do pluralismo político. A exceção é o Al-Nur, que prega um retorno às práticas morais da época de Maomé – na campanha, falou-se em banir a venda de bebidas alcoólicas e o uso de biquíni nas praias. Com forte apelo entre as camadas pobres, o discurso ultraconservador do Al-Nur preocupa setores progressistas e a minoria cristã do Egito, os coptas, alvo de ataques sectários de radicais ligados aos salafistas.

O Ennahda formou um governo de coalizão com o CPR e o Ettakatol. Assim, os islamistas terão de negociar com as forças seculares a agenda política. O atual governo supervisiona a redação da nova Constituição e conduz o país até as eleições gerais, em 2012. Com uma população pequena, homogênea e educada, uma identidade nacional coesa e uma instituição militar desengajada, a Tunísia é vista como o país com as melhores chances de adotar com sucesso a democracia.

Partidos com base no islamismo venceram as eleições na Tunísia e no Egito, mas não estão propondo tornar os Estados teocráticos

No Egito, uma aliança entre a Irmandade e os salafistas é improvável. Após a eleição, o PLJ se distanciou dos extremistas do Al-Nur, procurando acalmar os temores de uma conflagração islâmica. Ao mesmo tempo, a Irmandade entrou em choque com os setores políticos não religiosos por terem aceitado o prosseguimento da ditadura até a eleição presidencial. Ainda não se sabe se a Irmandade irá ou não empurrar o Egito em direção a um Estado teocrático. A resposta virá com a nova Constituição e a prometida entrega do poder aos civis.

Iêmen e Barein

No Iêmen, a nação mais pobre do mundo árabe, as manifestações populares pela renúncia de Ali Abdullah Saleh, com mais de 30 anos no poder, romperam o frágil equilíbrio político. Uma disputa paralela entre o clã de Saleh e facções rivais pôs a nação à beira da guerra civil. Extremistas islâmicos da Al Qaeda aproveitaram-se do caos e conquistaram áreas na província de Abyan. O governo enfrenta ainda o separatismo no sul e uma rebelião xiita no norte.

Saleh acabou ferido em um atentado e partiu para a Arábia Saudita em junho. Ele retornou ao Iêmen e só entregou o poder em novembro. O acordo não terminou com a tensão, pois Saleh recebeu o título de presidente honorário, e sua família ainda domina as forças de segurança. Em janeiro de 2012, ele deixou o Iêmen para se tratar nos EUA, depois que o Parlamento aprovou uma polêmica lei que lhe garantiu imunidade contra processos. Enquanto a população voltava às ruas para exigir o julgamento de Saleh, o governo provisório anunciou que a eleição presidencial de fevereiro poderia ser adiada por causa da instabilidade política.

No Barein, as manifestações da comunidade xiita – 70% da população – contra a dinastia sunita são a mais grave ameaça a uma monarquia do golfo Pérsico em décadas. Mas, diferentemente da Síria, os governantes do Barein são aliados das potências ocidentais, sobretudo dos Estados Unidos, que abrigam no pequeno país a sua 5ª Frota Naval. O movimento popular por democracia e pelo fim da discriminação aos xiitas acabou violentamente reprimido, com a participação decisiva de tropas vindas da vizinha Arábia Saudita (que também sufocou protestos internos).

Com a revolta esmagada, o rei do Barein, Hamad al-Khalifa, convocou uma comissão para avaliar os abusos cometidos contra os manifestantes. O relatório concluiu que foi usada força excessiva e acusou a polícia de torturar prisioneiros. Em seguida, o rei formou um comitê para discutir reformas políticas. A iniciativa é vista com ceticismo pelas lideranças xiitas.

Saiu na imprensa

RESSACA ÁRABE

Mariana Queiroz Barboza

Faz apenas um ano que incansáveis protestos na Praça Tahrir, no Egito, derrubaram a ditadura de três décadas de Hosni Mubarak e reforçaram os sopros do movimento que se espalharia por outros países africanos, no que ficou conhecido como a Primavera Árabe. Nesse período, o ex-ditador foi a julgamento e eleições parlamentares foram realizadas no país. Mas o que parecia ser o fim da onda de violência que estava varrendo o Egito não se confirmou. O sonho da paz foi substituído por uma sensação de ressaca. Isso ficou claro na quarta-feira 1o, quando o enfrentamento entre as torcidas dos times de futebol Al Masry e Al Ahly, no estádio da cidade de Port Said, resultou na morte de 74 pessoas, numa das maiores tragédias da história do esporte. Ao que parece, a matança não se deve à rivalidade esportiva – o Al Masry é uma equipe modesta que não está entre os principais adversários do Al Ahly –, e sim às tensões políticas, cada vez mais exacerbadas. (...)

A coragem exibida pelos jovens nos estádios foi reproduzida nas ruas – até o ponto em que Mubarak não foi mais capaz de resistir. Depois de sua queda, porém, a violência não desapareceu. Brigas em estádios de futebol se tornaram cada vez mais comuns. (...)

O desgaste da Junta Militar que assumiu o poder após a queda de Mubarak é evidente e já desperta a fúria da população. Em novembro do ano passado, milhares de manifestantes voltaram ao centro do Cairo para convocar uma "segunda revolução", na tentativa de acelerar o início das eleições. O resultado: mais de 30 mortos e centenas de feridos.

IstoÉ, 3/2/2012

Mapa geopolítico

A Primavera Árabe começa a redesenhar o mapa geopolítico da região. Um importante desdobramento é a aparente redução da influência dos EUA. Tradicionalmente, o país mantém alianças com autocratas árabes que reprimem o extremismo islâmico e asseguram sua presença militar no Oriente Médio. A região abriga as maiores reservas de petróleo do planeta. Os EUA mantêm bases militares em nações aliadas para proteger seus interesses. Com as revoltas populares, sua política externa na região se complica. Israel também vê a situação com bastante preocupação.

O evento de maior impacto é a queda de Mubarak no Egito, país árabe que se manteve como o principal pilar da segurança de Israel desde os Acordos de Camp David, em 1978/1979. Se o Egito esfriar as relações com o Ocidente e Israel, como já sinalizam alguns setores, o pêndulo de poder regional pode oscilar na direção do Irã, o maior contraponto à hegemonia dos EUA na região. O Irã, por sua vez, corre o risco de perder o seu grande parceiro, o regime sírio de Al-Assad, com o qual patrocina grupos armados anti-Israel – o libanês Hezbollah e o palestino Hamas.

Alguns países buscam ampliar seu espaço. Um é a Arábia Saudita, a guardiã das monarquias sunitas do golfo Pérsico, dona das maiores reservas de petróleo do mundo e o principal anteparo à influência dos xiitas liderados pelo Irã. O país é o pivô de uma espécie de "contrarrevolução". Aliada dos EUA e do Egito, a monarquia saudita é abalada pela queda de Mubarak. A ameaça à sua segurança aumenta com a revolta xiita no vizinho Barein, além dos protestos internos em 2011. Sua prioridade é impedir a queda das monarquias sunitas do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) – Kuweit, Emirados Árabes Unidos, Barein, Catar e Omã (não sunita).

Já o minúsculo Catar ganha estatura política na Liga Árabe. Sob a liderança catari, a Liga aprovou os bombardeios à Líbia – o Catar enviou aviões e deu suporte a grupos rebeldes. Na crise síria, o Catar comanda a iniciativa de isolar o regime de Al-Assad. Outro país que amplia a sua influência regional é a Turquia. Ao exibir uma democracia estável, que combina os princípios de um Estado secular com o islamismo político, a Turquia se coloca como exemplo para as nações em transição política. ☒

Resumo

Primavera Árabe

PRIMAVERA ÁRABE É o nome dado à onda de revoltas populares que eclode em nações do mundo árabe a partir de 2011. A raiz dos protestos é o agravamento da situação dos países, provocado pela crise econômica e pela falta de democracia. A população sofre com as elevadas taxas de desemprego e o alto custo dos alimentos e pede melhores condições de vida.

DITADURAS DERRUBADAS A Primavera Árabe já provocou a queda de quatro governantes na região. Enquanto os ditadores da Tunísia e do Egito deixaram o poder sem oferecer grande resistência, Muammar Kadafi foi morto por uma rebelião interna com ação militar decisiva da Otan. No Iêmen, o presidente Saleh resistiu às manifestações por vários meses, até transferir o poder a um governo provisório.

SÍRIA Após a deposição de Kadafi, a Síria tornou-se o principal foco de tensão da Primavera Árabe. As forças do presidente Bashar al-Assad abriram fogo contra a população, e o país agora é palco de um conflito armado. Os Estados Unidos e países europeus pedem a renúncia de Al-Assad, mas não há consenso para uma intervenção militar. A Síria é um dos protagonistas dos conflitos do Oriente Médio.

TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA Tunísia e Egito realizaram eleições em 2011, vencidas por partidos islâmicos moderados. A Tunísia é apontada como o país com as melhores chances de adotar com sucesso um regime democrático. No Egito, os militares comandam o conturbado processo de transição, e a população pede a sua saída imediata do poder.

GEOPOLÍTICA REGIONAL Os Estados Unidos mantinham-se como tradicionais aliados de ditaduras árabes, buscando garantir interesses geopolíticos e econômicos na região, que abriga as maiores reservas de petróleo do planeta.A Primavera Árabe põe em cheque a política externa de Washington para a região. A Liga Árabe, liderada pela Arábia Saudita e pelo Catar, assume um papel de destaque na mediação das crises e dos conflitos provocados pela Primavera Árabe.